

Edital
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

Promotor: Estado do Pará/Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA		
CNPJ nº 05.054.937/0001-63		
Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para a construção de escola de 13 salas, no município de Tucuruí/PA, padrão FNDE e elaboração de Projeto Executivo conforme Projeto Básico fornecido pela Secretaria de Educação de Estado do Pará.		
Método de disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Fechado		
Critério de julgamento: <input checked="" type="checkbox"/> Técnica e Preço		
Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário		
Impugnação e Pedido de Esclarecimento		
Data Limite	25/03/2026.	
Execução dos Serviços		
Prazo de Execução	O prazo de execução da obra será de 12 (doze) meses a contar da data estabelecida na ordem de serviço e de acordo com o item 1.21.2 do Projeto Básico;	
Vigência do Contrato	O prazo de vigência da contratação será de 19 (dezenove) meses, a partir da data da assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.	
Locais	O local da execução dos serviços são aqueles descritos no item 4. "Local dos Serviços" no Projeto Básico;	
Valor Total da Contratação: R\$ 14.335.575,21 (quatorze milhões trezentos e trinta e cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais e vinte um centavos).		
Recursos Orçamentários		
FNDE	Tesouro Estadual	Tesouro Estadual
Gestão/Unidade: 160101 Fonte: 01569000006-000000 Funcional Programática: 16101.12122.1511 Natureza de Despesa: 4490.51 Produto: 3007 Projeto Atividade: 7603	Gestão/Unidade: 160101 Fonte: 61500100102-000000 Funcional Programática: 16101.12122.1511 Natureza de Despesa: 4490.51 Produto: 3007 Projeto Atividade: 7603	Gestão/Unidade: 160101 Fonte: 01500100102 Funcional Programática: 16101.12122.1511 Natureza de Despesa: 4490.51 Produto: 3007 Projeto Atividade: 7603
Pagamento		
Forma	Ordem Bancária.	
Prazo	O pagamento decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Projeto, será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade social e Regularidade Trabalhista vigente.	
Gestão do Contrato		
Fiscalização	Conforme previsto no Projeto Básico, item 14.1 – Rotinas de Fiscalização Contratual.	
Abertura da sessão pública		
Data	30/03/2026.	Hora: 10:00 https://www.gov.br/compras/pt-br

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ: nº 05.054.937/0001-63, com sede nesta cidade, localizada na Rodovia Augusto Montenegro, km 10 s/nº, Bairro: Icoaraci, Belém/Pará, por intermédio do Núcleo de Contratações, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021 e que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, com os arts. 42 a 46 da Lei Complementar n. 123/2006.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente contratação é a elaboração dos projetos executivos completos e a execução da obra de construção de 01 (uma) unidade escolar de ensino fundamental em tempo integral, padrão FNDE, com 13 (treze) salas de aula, a ser implantada em terreno localizado no município de Tucuruí/PA, conforme as condições estabelecidas no Termo de Compromisso nº 965473/2024/FNDE/CAIXA, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

1.2 A licitação será realizada em único item.

1.3 O custo estimado do serviço é de **R\$ 14.335.575,21 (quatorze milhões trezentos e trinta e cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais e vinte um centavos).**

1.4 O detalhamento do objeto quanto às fases, etapas e produtos; Diretrizes Gerais de Projetos; e Escopo dos Serviços, encontram-se previstos no Projeto Básico.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes da presente licitação para o(s) exercício(s) seguinte(s) constará da proposta de Lei Orçamentária Anual da Secretaria de Estado de Educação do Pará.

2.2 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas nos orçamentos classificados abaixo:

FNDE	Tesouro Estadual	Tesouro Estadual
Gestão/Unidade:160101 Fonte: 01569000006-000000 Funcional Programática: 16101.12122.1511 Natureza de Despesa: 4490.51 Produto: 3007 Projeto Atividade: 7603	Gestão/Unidade:160101 Fonte: 61500100102-000000 Funcional Programática: 16101.12122.1511 Natureza de Despesa: 4490.51 Produto: 3007 Projeto Atividade: 7603	Gestão/Unidade:160101 Fonte: 01500100102 Funcional Programática: 16101.12122.1511 Natureza de Despesa: 4490.51 Produto: 3007 Projeto Atividade: 7603

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento

Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

- 3.2** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6** Poderão participar desta LICITAÇÃO todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 3.7** Não será concedido o tratamento favorecido previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - em atendimento à lei 14.133/2021, Art. 4º, §1ª, II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.8 Não poderão disputar esta licitação:**
- 3.8.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.8.2** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.8.3** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.8.4** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.8.5** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.8.6** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.8.7** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente

público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.12 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

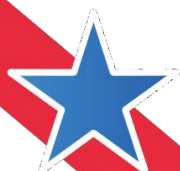
3.12 O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 SISTEMA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

4.1 A Concorrência será realizada por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo



Federal - [compras.gov](https://www.gov.br/compras). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras>;

4.2 O Edital está disponível na Internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br>, www.compraspara.pa.gov.br e www.seduc.pa.gov.br.

4.3 Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Contratação, designada pela PORTARIA Nº 235/2025-GS/SEDUC;

4.4 A Concorrência Eletrônica será conduzida pela Comissão de Contratação, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual;

4.5 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras>.

4.6 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à Concorrência Eletrônica;

4.7 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

4.8 A empresa vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços a serem contratados.

5 PROPOSTA INICIAL

5.1 O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

5.1.1 O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste Edital e no Projeto Básico;

5.2 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida neste Edital.

5.3 O prazo mínimo para apresentação de propostas a partir da data de divulgação deste Edital de licitação será no prazo de 35 (trinta e cinco) dias úteis, nos termos do art. 55, IV, da Lei nº 14.133/2021.

5.4 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.5 Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s);

5.6 Será exigida a garantia da proposta, no momento da apresentação da proposta, como requisito obrigatório de pré-habilitação conforme versa o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, no percentual

de 1% (um por cento) **do valor estimado para a contratação**, e será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

6 DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valores do custo unitário e global do item;

6.1.2 O valor proposto deverá contemplar a elaboração dos projetos executivos e engenharia, conforme indicados no Projeto Básico;

6.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação contida nos elementos técnicos instrutores: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, quando for o caso;

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

6.4 Os referidos preços constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto;

6.5 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

6.8.2 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.9 No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.9.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 6.9.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.9.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.9.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.10 A falsidade da declaração de que trata o item 6.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.12 Será adotado o modo de disputa **fechado**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.
- 7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Contratação e os licitantes.
- 7.6 No caso de desconexão com a Comissão de Contratação no decorrer da Concorrência eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes.
- 7.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.8 O Critério de julgamento adotado será **técnica e preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos;

7.9 O licitante concorrerá com o valor de sua proposta no critério preço.

7.10 Em caso de empate entre duas ou mais notas finais atribuídas à ponderação entre as propostas de técnica e de preço, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.1 O critério previsto no inciso I do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicado apenas com relação à proposta de preço.

7.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12 Encerrada a etapa de negociação, a Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.12.1 SICAF;

7.12.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.12.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.13 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.13.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.14 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.14.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.14.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.14.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

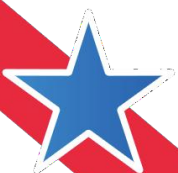
8 DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES

Edital

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

- 8.1** A comissão de Contratação examinará as propostas classificadas quanto ao método proposto para execução do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.2** Serão adotados os preceitos de julgamento previstos no §2º, II do art. 37 da lei nº 14.133/2021, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica e 30% (trinta por cento) de valoração da proposta de preço.
- 8.3** A Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 3 (três) horas, contado da solicitação da Comissão de Contratação, com os respectivos valores readequados à proposta negociada, e será analisada pela Comissão de Contratação no momento da aceitação na proposta.
- 8.4** Será desclassificada a proposta que:
- 8.4.1** Contiver vícios insanáveis;
 - 8.4.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
 - 8.4.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.4.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.4.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.5** A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no item 8. do Projeto Básico** (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 8.6** A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 8.7** Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas a Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 8.8** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.8.1** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital;
 - 8.8.2** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 8.8.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela



NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES

Edital

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248**

Administração, independentemente do regime de execução.

8.8.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

8.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10 A Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11 É facultado à Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

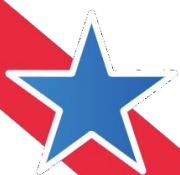
8.13 Havendo necessidade, a Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

8.14 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.15 Encerrada a análise quanto à aceitação das propostas, a Comissão de Contratação verificará a habilitação dos licitantes, observado o disposto neste Edital, para obtenção do resultado final, conforme critérios estabelecidos no Projeto Básico.

9 DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

9.1 A Proposta Técnica deverá ser apresentada de forma objetiva preenchida previamente pela empresa conforme modelo planilha ANEXO XII - MODELO DE PLANILHA DE NOTA TÉCNICA, indicando a localização nos arquivos e páginas das referidas CAT, Atestados e ART/ RRT apresentados, constando os aspectos técnicos relativos à Experiência Local (NT1), Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos (NT2), a Experiência da Licitante em execução de obras (NT3) e Experiência da Equipe Técnica em execução de obras (NT4), para ser avaliada pela SAI/SEDUC-PA.



EQUIPE TÉCNICA

- 9.2** A licitante deverá apresentar uma relação nominal constando os profissionais que comporão sua equipe técnica, que estarão envolvidos na execução dos serviços, devendo ser uma equipe estruturada, com qualificação técnica e profissional para garantir o ritmo de execução estabelecido no cronograma de entrega dos projetos e obra, no que tange a planejar, coordenar, supervisionar e avaliar tecnicamente, a execução, em seus diferentes níveis de atuação, assumindo a condição de autores dos projetos de construção e na execução da obra, sendo responsáveis técnicos por estes, podendo estes serem profissionais distintos, na intensidade necessária que assegure progresso satisfatório aos serviços e projetos.
- 9.3** Os profissionais apresentados pela licitante deverão ser qualificados, capacitados, com conhecimento em softwares para elaboração de projetos executivos em BIM e normas relacionadas à execução do objeto, conforme o Projeto Básico.
- 9.4** O profissional que apresentar a comprovação em BIM deverá ser o mesmo a apresentar as Certidões de Acervo Técnico (CAT) de projeto para a pontuação na proposta técnica. Não poderá haver divergência de profissionais, assegurando que o indivíduo detentor da formação em BIM seja o responsável pelo acervo pontuado.
- 9.5** Os profissionais pertencentes ao quadro técnico da empresa, deverão comprovar experiência na execução de obras e na elaboração de projetos, podendo ser profissionais diferentes, desde que comprovada a experiência técnica exigida.
- 9.6** Os profissionais detentores dos atestados de capacidade técnica que compuseram a equipe participante do certame poderão ser substituídos após a assinatura do contrato por outro profissional equivalente, desde que possuam a mesma capacidade técnica apresentada no certame.
- 9.7** Fica vedada a participação de um mesmo técnico em empresas licitantes diferentes, sob pena de desclassificação das licitantes que transgredirem tal veto.
- 9.8 Para critério de pontuação no presente certame, a licitante deverá apresentar profissional qualificado com as exigências conforme disposto abaixo:**
- 9.8.1 ENGENHEIRO(A) CIVIL/ ARQUITETO(A)** – Deverá ser Engenheiro(a) Civil e/ou Arquiteto(a) legalmente habilitado para o exercício da profissão no país da Contratante na data apresentação da Proposta, integrante do quadro permanente da Licitante na data de apresentação dos documentos, na condição de empregado, sócio, diretor ou profissional com contrato de prestação de serviços, ou declaração de contratação futura registrado em cartório brasileiro, com experiência na elaboração de projetos executivos e na execução, no mínimo, dos serviços de maior relevância da curva ABC, conforme “item 11.4.2.2.”. A condição informada deverá ser obrigatoriamente comprovada por meio de documentação pertinente, podendo os profissionais de elaboração de projetos e obras serem distintos, contanto que ambos comprovem as exigências acima solicitadas.
- 9.8.2 ENGENHEIRO(A) ELETRICISTA** – Deverá ser Engenheiro Eletricista legalmente habilitado para o exercício da profissão no país da Contratante, integrante do quadro permanente da Licitante na data de apresentação dos

Edital
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

documentos, na condição de empregado, sócio, diretor ou profissional com contrato de prestação de serviços, ou declaração de contratação futura registrado em cartório brasileiro, com experiência comprovada na elaboração de projetos e execução de obras de instalações elétricas e SPDA.

9.9 A experiência dos profissionais, para efeito de computar a pontuação, deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 9.9.1 Certidões de Acervos Técnicos – CAT acompanhado dos Atestados de capacidade técnico-profissional, expedidos por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, registrados no conselho de classe competente (CREA ou CAU) com as respectivas ART ou RRT, mencionando a prestação de serviços similares ao objeto desta contratação e quantitativos executados.
- 9.9.2 Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo conselho regional competente, cuja inscrição constitua requisito legal para exercício da profissão;
- 9.9.3 Declaração assinada pelo profissional com autorização de sua inclusão no quadro de profissionais, ou contratação futura, da Equipe Técnica constante da proposta e com seu compromisso de participar efetivamente dos serviços;
- 9.9.4 Diploma de curso de elaboração de projetos em BIM ou Atestado de Capacitação Técnica de elaboração de projeto em BIM, acompanhado de ART, para os profissionais de elaboração de projetos.

9.10 EMPRESA/LICITANTE

9.10.1 Para comprovação da experiência da empresa/licitante, deverão ser apresentados:

- a **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica**, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome da licitante;
- b **Atestado(s)**, expedido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado em nome da licitante, registrado(s) no Conselho de classe competente, se houver, que comprove a execução dos serviços pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação. Os atestados deverão vir acompanhados das respectivas ART/RRT.
- c Em caso de apresentação de atestados de serviços realizados por consórcio de empresas, deverão ser observados os preceitos elencados no art. 67 §10º, I e II da Lei nº 14.133/2021;

9.11 Informações sobre os ATESTADOS TÉCNICOS:

9.11.1 Deverá(ão) constar, preferencialmente, no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou na(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término das obras ou serviços; local de execução; nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA e/ou CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

9.11.2 Cada atestado deverá estar precedido de um espelho/resumo onde a licitante deverá

destacar qual o serviço que o mesmo atenderá; seja a execução de obras, elaboração de projetos, entre outros serviços, de acordo com o objeto deste edital, com suas respectivas quantidades; o nome do RT e o número do registro do atestado no CREA e/ou CAU; sua situação funcional na empresa licitante; o local das obras ou serviços; e a respectiva localização no documento dos documentos comprobatórios compostos pelos atestados, CAT e ART/RRT.

9.11.3 Entende-se, para fins deste Projeto Básico, como pertencente ao quadro permanente da empresa/licitante: sócio; diretor; responsável técnico; empregado; prestadores de serviços.

9.11.4 Os documentos exigidos nas alíneas supramencionadas deverão constar na Proposta Técnica, obrigatoriamente, sendo que o não atendimento do estabelecido neste Projeto Básico e no Edital de Licitação, seja por apresentação incompleta dos documentos, seja por ausências e/ou omissões de itens, rasuras, emendas ou entrelinhas, implicará no não cômputo dos pontos correspondentes.

9.12 DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

9.13 Os quesitos de natureza qualitativa da PROPOSTA TÉCNICA, serão analisados por banca, composta por 3(três) membros com conhecimento sobre o objeto, conforme previsto nos Art. 10 e 26 da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 2, de 7 de Fevereiro de 2023;

9.14 A banca será designada por meio de portaria específica;

9.15 A avaliação da PROPOSTA TÉCNICA se dará da seguinte forma:

$$\text{NPT} = \text{NT1} + \text{NT2} + \text{NT3} + \text{NT4}$$

9.16 A Proposta Técnica receberá uma pontuação máxima de 100 pontos, onde a somatória da pontuação obtida na Experiência Local (NT1), Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos (NT2), a Experiência da Licitante em Execução de Obras (NT3) e Experiência da Equipe Técnica em Execução de Obras (NT4), corresponderá à Nota da Proposta Técnica (NPT), para fins de julgamento final e classificação dos Licitantes. Os quais serão distribuídos da seguinte forma:

Nota Técnica	Assunto relacionado	Pontuação Máxima (PTS)
NT 1 – Nota Técnica 1	Experiência Local	24,00
NT 2 – Nota Técnica 2	Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos	24,00
NT 3 – Nota Técnica 3	Experiência da Licitante em Execução de Obras	26,00
NT 4 – Nota Técnica 4	Experiência da Equipe Técnica em Execução de Obras	26,00

NT - NOTA TÉCNICA	$NPT = NT1 + NT2 + NT3 + NT4$	100,00
------------------------------	---	---------------

9.16.1 Para efeito de pontuação, será considerada como Nota a somatória do item com a segunda casa decimal, sem arredondamentos.

9.16.2 Na apresentação dos documentos que comporão a nota técnica a empresa Licitante deverá preencher previamente a planilha do **ANEXO XII - MODELO DE PLANILHA DE NOTA TÉCNICA**, informando a ordem dos documentos apresentados. Além disso, os documentos deverão ser entregues de forma organizada em ordem das notas técnicas, apresentando também a comprovação do vínculo do profissional junto à empresa e comprovação de experiência ou formação em BIM, para os profissionais de projeto, para fins de computação da pontuação. A não apresentação dessa forma acarretará na não análise dos documentos e consequente ausência de pontuação da empresa no certame.

9.16.3 NT1 – EXPERIÊNCIA LOCAL (máximo: 24 pontos)

9.16.3.1 O critério de Experiência Local foi estabelecido exclusivamente para fins de pontuação técnica e comparação entre propostas, não possuindo caráter eliminatório ou desclassificatório. Tal critério respeita plenamente os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

9.16.3.2 Atribui-se pontuação diferenciada a empresas que comprovarem experiência prévia na execução de obras de engenharia com características técnicas similares à do objeto desta licitação, situadas na mesma região geográfica, conforme os seguintes níveis:

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
NT1	Experiência Local	0	6	12	24
	Execução de obra no Estado do Pará	0	2,67	5,33	8
	Execução de obra na Região de Integração	0	2,67	5,33	8
	Execução de obra no Município	0	2,67	5,33	8

9.16.3.3 Serão atribuídos conceitos de ‘A’ a ‘D’, da seguinte forma:

NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES

Edital

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

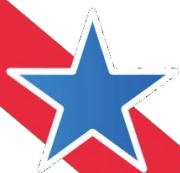
Conceitos:		Pts
A	Experiência não comprovada ou insuficiente - quando a licitante não comprova experiência de acordo com os critérios estabelecidos, ou não atende 50% do quantitativo para atendimento do objeto, sua pontuação será A.	0
B	Experiência Mínima - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos, atendendo o 50% do quantitativo , sua pontuação será B.	2,67
C	Experiência suficiente - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos, atendendo 100% do quantitativo , sua pontuação será C.	5,33
D	Experiência Excelente - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos atendendo além do quantitativo , sua pontuação será D.	8

9.16.3.4 O quantitativo de referência considerado para este critério será de 1.887,26 m² (Mil oitocentos e oitenta e sete e vinte e seis metros quadrados) de área construída. Não sendo considerado válido documento de comprovação contendo quantitativo abaixo do quantitativo mínimo de 943,63 m² (Novecentos e quarenta e três e sessenta e três metros quadrados), que equivale a metade do quantitativo de referência, devendo a experiência comprovada ter as mesmas características básicas construtivas do objeto deste documento.

9.16.3.5 A comprovação da experiência dar-se-á por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado(s) das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs), que identifiquem a localização da obra, sua natureza e compatibilidade com o objeto licitado.

9.16.4 NT 2 – Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos (máximo: 24 pontos)

9.16.4.1 Para este item, serão atribuídos conceitos de ‘A’ a ‘D’, onde a comprovação da experiência específica do proponente se dará com a apresentação de trabalhos similares, a ser comprovada somente através de Atestado Técnico acompanhado da CAT, preferencialmente com a ART/RRT fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES

Edital

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

9.16.4.2 A definição dos pontos será feita mediante comprovação de metragem quadrada quanto à elaboração de projetos executivos, sendo cada projeto pontuado separadamente. São eles: Arquitetônico, Acessibilidade, Estrutural, Fundações, Elétrico, Hidrossanitário, Instalações de proteção contra descargas atmosféricas e Combate a incêndio.

9.16.4.3 Serão atribuídos Conceitos ao licitante, conforme especificações abaixo discriminadas:

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
NT2	Experiência da Equipe Técnica em Projetos Executivos	0	8	16	24
	Elaboração de Projeto Executivo Arquitetônico	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Acessibilidade	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Estrutural	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Fundações	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Elétrico	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Hidrossanitário	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Instalações de proteção contra descargas atmosféricas	0	1	2	3
	Elaboração de Projeto Executivo Combate Incêndio	0	1	2	3

9.16.4.4 Serão atribuídos conceitos de 'A' a 'D', da seguinte forma:

Conceitos:		Pts
A	Experiência não comprovada ou insuficiente - quando a licitante não comprova experiência de acordo com os critérios estabelecidos, ou não atende 50% do quantitativo para atendimento do objeto, sua pontuação será A.	0
B	Experiência Mínima - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos, atendendo o 50% do quantitativo , sua pontuação será B.	1
C	Experiência Suficiente - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos, atendendo 100% do quantitativo , sua pontuação será C.	2
D	Experiência Excelente - quando a licitante comprovar experiência de acordo com os critérios estabelecidos atendendo além do quantitativo , sua pontuação será D.	3

9.16.4.5 Para a comprovação da experiência de elaboração de projetos executivos, não serão aceitas a soma direta de metragens quadradas, sendo aceito apenas um único Atestado com atendimento à metragem mínima exigida, sendo classificada de acordo com o enquadramento de cada pontuação. A comprovação da experiência na elaboração de projetos executivos vai além da somatória de metragens quadradas, essa exigência decorre por se tratar de uma atividade intelectual, no qual é necessária expertise que assegure que a licitante possua habilidades compatíveis com a dimensão deste projeto, seja na gestão da variabilidade do espaço, na integração disciplinar, na consideração da eficiência e funcionalidade global do projeto. Consequentemente, a avaliação técnica da capacidade transcende à simples contabilização de metragens quadradas, não sendo permitido realizá-la.

9.16.4.6 A comprovação de execução dos serviços de elaboração de projetos executivos deve se referenciar pela quantidade de 1.887,26 m² (Mil oitocentos e oitenta e sete e vinte e seis metros quadrados) de área. Não sendo considerado válido documento de comprovação contendo quantitativo abaixo do mínimo de 943,63 m² (Seiscentos e dezoito metros quadrados), respeitando o limite de até 50% de exigência de capacidade técnica.

9.16.4.7 Para efeito de computação das notas deverão ser encaminhados os documentos de comprovação de vínculo ou declaração de contratação futura do profissional detentor das CATs, bem como a comprovação de experiência ou formação em BIM.

9.16.4.8 Os profissionais pertencentes ao quadro técnico da empresa, deverão comprovar experiência técnica na elaboração de projetos, podendo ser profissionais diferentes, desde que comprovada a capacitação técnica exigida.

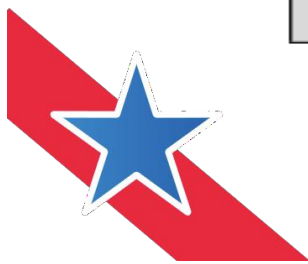
9.16.5 NT3 – Experiência da Licitante em Execução de Obras (máximo: 26 pontos)

9.16.5.1 Para este item, serão atribuídos os conceitos de ‘A’ a ‘D’, onde a comprovação da experiência específica da licitante deverá ser comprovada através de Atestado Técnico devidamente registrado no conselho, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado acompanhado da respectiva ART/RRT.

9.16.5.2 A definição dos pontos será feita mediante somatório das pontuações da licitante, tendo que apresentar a experiência da execução dos serviços de maior relevância da curva ABC, conforme os serviços e quantitativos de maior relevância dispostos neste documento.

9.16.5.3 Serão atribuídos conceitos ao licitante, de acordo com os quantitativo apresentados e considerados aceitos conforme especificações abaixo discriminadas:

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
NT3	Experiência da Equipe Técnica	0	7	13	26
	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO	0	3,5	6,5	13



NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES

Edital

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
	DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA				
	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIIOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	0	3,5	6,5	13

Serviços	Conceitos de Pontuação	
ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	Comprovação menor que 39.425,65 kg	A
	Comprovação entre 39.425,65 kg e 78.851,3 kg	B
	Comprovação igual 78.851,3 kg	C
	Comprovação Superior a 78.851,3 kg	D
TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL	Comprovação menor que 1.235,645 m ²	A
	Comprovação entre 1.235,645 m ² e 2.471,29 m ²	B
	Comprovação igual 2.471,29 m ²	C

E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIIOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	Comprovação Superior a 2.471,29 m ²	D
---	--	---

9.16.5.4 Caso sejam apresentadas unidades de medida divergentes das solicitadas, a Comissão Técnica poderá realizar as devidas conversões das unidades de medida dos quantitativos, conforme planilhas e tabelas de referências.

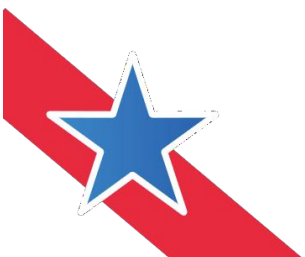
9.16.6 NT 4 –Experiência da Equipe Técnica em Execução de Obras (máximo: 26 pontos)

9.16.6.1 A definição dos pontos da Equipe Técnica será feita mediante somatório das pontuações dos profissionais da licitante, atribuída de acordo com os critérios definidos neste documento.

9.16.6.2 Serão atribuídos Conceitos de ‘A’ a ‘D’ a cada profissional, de acordo com o quantitativo apresentado e considerado aceito, conforme disposto abaixo:

Item	Descrição	Pontuação para avaliação			
		A	B	C	D
NT4	Experiência da Equipe Técnica em Execução	0	7	13	26
	Atestado + CAT de Execução, dos serviços de maior relevância da curva ABC, de acordo com planilha orçamentária, do engenheiro civil/arquiteto	0	7	13	26

9.16.6.3 ENGENHEIRO(A) CIVIL/ ARQUITETO(A) – Deverá ser Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a), com experiência comprovada mediante apresentação de Atestado(s) Técnico(s) e Certidão válida que comprove a execução dos serviços de maior relevância e seus respectivos quantitativos conforme tabela de conceitos de pontuação abaixo;



NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES

Edital

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

9.16.6.4 Os serviços e quantitativos de maior relevância considerados, serão atribuídos à conceitos de 'A' a 'D', da seguinte forma:

Serviços	Conceitos de Pontuação	
ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA, TIPO FINK, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	Comprovação menor que 39.425,65 kg	A
	Comprovação entre 39.425,65 kg e 78.851,3 kg	B
	Comprovação igual 78.851,3 kg	C
	Comprovação Superior a 78.851,3 kg	D
TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM ACO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSORIOS DE FIXACAO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM,	Comprovação menor que 1.235,645 m ²	A
	Comprovação entre 1.235,645 m ² e 2.471,29 m ²	B
	Comprovação igual 2.471,29 m ²	C
	Comprovação Superior a 2.471,29 m ²	D
COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NUCLEO EM POLIIOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM		

10 DA PROPOSTA DE PREÇO

- 10.1** A proposta de preço deverá ser apresentada com valor global, de acordo com o objeto, consignando claramente o preço final do produto, expressa com apenas duas casas após a vírgula, em reais (R\$), datada, assinada, contendo a razão social da empresa licitante, número do CNPJ, endereço e telefone para contato.
- 10.2** Não serão aceitas propostas de preços opcionais ou condicionais, sendo desconsideradas as propostas que contiverem emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas, borrões ou espaços em branco, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como serão desconsideradas as propostas que não atenderem a qualquer exigência contida no presente Projeto Básico e no Edital de Licitação.
- 10.3** A licitante deverá observar os preços máximos, bem como o quantitativo e serviços previstos no Anexo I Planilha Orçamentária deste documento, sob pena de desclassificação da proposta.
- 10.4** Nos preços propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços.
- 10.5** Apresentar o orçamento detalhado com a composição do custo de cada atividade, sob pena de desclassificação da proposta, a qual deverá ser preenchida de acordo com as informações dispostas no Anexo I. Não serão permitidas alterações de descrições, unidades e quantidades de serviços.
- 10.6** Para fins de composição do preço, a licitante deverá considerar os custos com recursos humanos e com recursos materiais e serviços suficientes e adequados para execução de cada atividade descrita na planilha de referência.
- 10.7** Apresentar a Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas e Previdenciários, adequadas à política salarial de utilização de mão-de-obra. Os preços propostos deverão remunerar os custos necessários à perfeita execução dos serviços. Não sendo admitidos erros de soma que modifiquem o valor da proposta.
- 10.8** Apresentar a Composição de BDI utilizada pela licitante, conforme recomendações TCU
- 10.9** Nas composições de custos unitários não serão admitidos a supressão total ou parcial dos encargos complementares, nem ultrapassar o valor de referência.
- 10.10** No caso das propostas apresentarem indícios de inexecuibilidade (com valores inferiores a 75% do custo estimado pela Administração Pública), que sejam passíveis de diligência, deve ser objetivamente fundamentada para que comprove a compatibilidade dos custos dos insumos com os de mercado para a sua comprovação. Não serão admitidas: cotações ou propostas de terceiros, contratos com outros órgãos ou empresas privadas e notas fiscais de serviços de outros contratos.
- 10.11** A proposta deverá ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.
- 10.12** Nas divergências entre valores grafados em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor

por extenso.

10.13 AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO:

10.13.1 As propostas serão analisadas quanto a eventuais erros aritméticos, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação, da forma seguinte:

10.13.1.1 No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

10.13.1.2 No caso de erro de transcrição da quantidade prevista para o serviço, a quantidade e o preço total serão retificados, mantendo-se inalterado o preço unitário;

10.13.1.3 No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade;

10.13.1.4 No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas;

10.13.2 O preço total da proposta será ajustado pela Comissão de Licitação da SEDUC, em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante consistirá no preço corrigido global da proposta, considerado para cálculos;

10.13.3 Após todas as correções, a Comissão procederá ao cálculo da Nota da Proposta de Preço, que será:

$$NPP = 100 * (MPVO / P)$$

Onde:

NPP = Nota da proposta de preço de cada licitante;

MPVO = Menor preço válido ofertado no certame;

P = Preço da proposta comercial da licitante em análise.

10.13.4 Será verificada a efetividade das propostas, promovendo-se a desclassificação nos termos da Lei nº 14.133/2021. Serão também desclassificadas as Propostas de Preços que apresentarem:

- a Vícios insanáveis;
- b Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;
- c Apresentarem preços inexequíveis, permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação ou apresentarem qualquer preço unitário acima do orçado pela administração;
- d Desconformidade com outras exigências do Instrumento Convocatório, salvo se for possível o seu saneamento, resguardado o tratamento isonômico entre os licitantes.

10.13.5 A Comissão de Licitação poderá, durante a análise e julgamento das propostas exigir de qualquer proponente esclarecimentos adicionais sobre a proposta e seus anexos, conforme previsão legal.

10.14 Das Informações Complementares Acerca Das Propostas:

10.14.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.14.2 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.14.3 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.14.4 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.14.5 Declaração formal que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em conformidade com o disposto na lei nº 14.133/2021, art. 63, §1º.

10.15 Classificação dos Proponentes:

10.15.1 O cálculo da Nota Final (NF) dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnica e de Preço, da seguinte forma:

$$NF = \frac{0,7 \times NPT + 0,3 \times NPP}{100}$$

Onde:

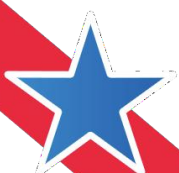
NF = Nota Final;

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPP = Nota da Proposta de Preço.

10.16 A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final e que tiver atendido a todas as condições do Projeto Básico;

10.17 Em caso de empate, entre duas ou mais propostas, será obedecido o disposto no Art. 60 §1º da Lei Federal nº. 14.133/2021.



11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos previstos no Projeto Básico e neste Instrumento Convocatório, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1 Será consultado o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para os licitantes, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômico-financeira, especificamente nos itens ali previstos.

11.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, as mesmas deverão observar as seguintes normas:

I Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

11.5 Se o consórcio não for formado integralmente por micro-empresas ou empresas de pequeno porte e o Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

11.7 Para comprovar a **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- 11.7.1** Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.7.2** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 11.7.3** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.8** Para comprovar a **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL e TRABALHISTA**, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:
- 11.8.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.8.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela, Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 11.8.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.8.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.8.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 11.8.6** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.8.7** Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.8.8** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os

benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.9 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

- 11.9.1** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor Judicial da sede da Licitante – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 11.9.2** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou substituir sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 11.9.3** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 11.9.4** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 11.9.5** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 11.9.6** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 11.9.7** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.10 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

- 11.10.1** Para habilitação técnica, exigir-se-á comprovação de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente da região a que estiverem vinculados, através de certidão emitida pelo órgão de classe em validade.
- 11.10.2** A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto desta licitação, devendo a licitante declarar a disponibilidade

de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico-profissional e técnico-operacional por meio da apresentação de:

11.10.2.1 Quanto à disponibilidade de pessoal técnico especializado: Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe, declaração esta que poderá ser apresentada no ato da contratação:

11.10.2.1.1 01 (um) profissional formado em Engenharia Civil e/ou Arquitetura com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, devendo permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços;

11.10.2.1.2 01 (um) profissional formado em Engenharia Elétrica com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA, devendo permanecer na obra durante a execução dos serviços pertinentes;

11.10.2.1.3 Quanto à capacitação técnico-profissional: A capacitação técnica do(s) profissional(is) será(ão) atestada(s) mediante a apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, com os respectivos Atestados Técnicos, devidamente registrados no conselho (CREA ou CAU), com ARTs/RRTs dos serviços, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância do objeto, conforme Art.67, §1º e §2º da Lei nº 14.133 de 2021, com valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação e com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) dos itens com descrição de seus quantitativos em nome do(s) responsável(is) técnico(s).

11.10.3 O(s) profissional(is) deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes tipos de serviço:

11.10.3.1 Estrutura treliçada de cobertura, tipo fink, com ligações soldadas, inclusos perfis metálicos, chapas metálicas, mão de obra e transporte com guindaste - fornecimento e instalação. af_01/2020_psa - 78.851,3 kg - (8,81%).

11.10.3.2 Telha termo isolante revestida em aco galvalume, face superior trapezoidal e face inferior plana (não inclui acessórios de fixação), revest com espessura de 0,50 mm, com pre-pintura de cor branca nas duas faces, núcleo em poliisocianurato (pir) com espessura de 50 mm - 2.471,29 m² - (4,28 %)

11.10.4 A Certidão de Acervo Técnico – CAT será exigida dos seguintes profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela execução da obra: Engenheiro Civil/Arquiteto e Engenheiro Eletricista para comprovação da execução dos serviços.

- 11.10.5 O Diploma** de curso ou **Atestado de Capacitação Técnica** em elaboração de **projetos em BIM**, acompanhado de ART/RRT, será exigido dos profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela elaboração de projetos executivos: Engenheiro/Arquiteto para comprovação da elaboração dos projetos.
- 11.10.6** Deverá (ão) apresentar também a(s) Declaração (ões) do(s) Responsável (eis) Técnico(s) a ser (em) preenchida(s) pelas licitantes
- 11.10.7** Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que seja solicitada formalmente e aprovada pela fiscalização.
- 11.10.8** Os responsáveis técnicos acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, o sócio, o administrador ou o diretor, o empregado e o prestador de serviços.
- 11.10.9 Quanto à capacitação técnico-operacional da licitante:** Capacitação técnico-operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) em papel timbrado fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado identificado em nome da licitante, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional responsável técnico do serviço que detém a certidão, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do edital. A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra:
- 11.10.10 SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA FINANCEIRA** – Determinados de acordo com Art.67, §1º e §2º da Lei nº 14.133 de 2021, com valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação e com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) dos itens:
- 11.10.10.1** Estrutura treliçada de cobertura, tipo fink, com ligações soldadas, inclusos perfis metálicos, chapas metálicas, mão de obra e transporte com guindaste - fornecimento e instalação. af_01/2020_psa - 78.851,3 kg - (8,81%).
- 11.10.10.2** Telha termo isolante revestida em aço galvanizado, face superior trapezoidal e face inferior plana (não inclui acessórios de fixação), revest com espessura de 0,50 mm, com pre-pintura de cor branca nas duas faces, núcleo em poliisocianurato (pir) com espessura de 50 mm - 2.471,29 m² - (4,28 %).

12 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1** É permitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela Administração Pública, e

NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES

Edital

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248**

desde que não comprometa a execução integral, a qualidade técnica e a regularidade do cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada.

12.2 A subcontratação não exime a contratada da responsabilidade técnica, jurídica e financeira pela perfeita execução do contrato, permanecendo sob sua responsabilidade exclusiva a coordenação, supervisão e controle dos serviços executados por terceiros.

12.3 A eventual subcontratação deverá observar as seguintes condições:

12.3.1 A subcontratada deverá atender aos requisitos de qualificação técnica compatíveis com a parcela a ser executada;

12.3.2 A subcontratação dependerá de autorização expressa e prévia da fiscalização e do gestor do contrato;

12.3.3 É vedada a subcontratação de empresa ou pessoa física que possua vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;

12.3.4 A contratada deverá manter atualizada a relação das subcontratadas, com indicação clara das parcelas subcontratadas.

12.4 A subcontratação observará, sempre que possível, os princípios da competitividade, do desenvolvimento nacional sustentável e do incentivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

12.5 A Administração poderá, a qualquer tempo, determinar a substituição de subcontratada que não atenda às exigências técnicas, legais ou contratuais, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

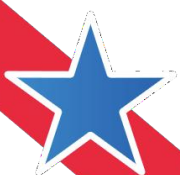
13 DO TERMO DE CONTRATO

13.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

13.2 8.2.O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Projeto Básico.

13.4 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



14 DOS RECURSOS

- 14.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 14.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 14.3.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 14.3.3** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 14.3.4** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

15 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1** Constituem infrações administrativas do licitante a serem punidas com as seguintes sanções:

NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES
Edital
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

Infração	Penalidade
-----------------	-------------------

a Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO durante o certame;

b Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

b.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

b.4 Deixar de apresentar amostra;

b.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

c Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Multa

0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

e

**Impedimento de licitar
e contratar***

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade em que poderá ser aplicada a sanção de “*Declaração de Impedimento de licitar e contratar*”.

NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES
Edital
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f. Fraudar a licitação;

g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. Agir em conluio ou contra a lei;
2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Multa

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

Declaração de
inidoneidade
para licitar e contratar

15.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do licitante ou adjudicatário.

15.3 As sanções previstas no item 15.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

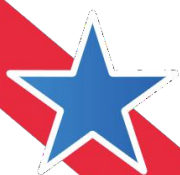
15.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b As peculiaridades do caso concreto.
- c As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

15.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.



NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES

Edital

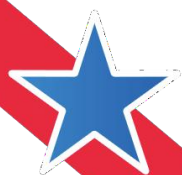
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC

PAE nº E-2026/2138248

- 15.8** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.
- 15.9** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 15.10** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 15.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do promotor.
- 15.11** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.12** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:
- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
 - b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.13** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.
- 15.14** O recurso a que se refere o item 15.13 deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.
- 15.16** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

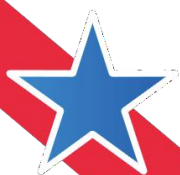


NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES
Edital
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

- 16.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública, que será até o dia 25/03/2026.
- 16.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 16.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, no e-mail nucont@seduc.pa.gov.br.
- 16.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.
- 16.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 16.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

17 DO REAJUSTE CONTRATUAL

- 17.1** O Contrato deverá ser reajustado após o prazo decorrido de 12 (doze) meses com data-base vinculada à data do orçamento estimado conforme estabelecido no artigo. 92, § 3º da nova Lei das Licitações (Lei 14.133/2021).
- 17.2** O reajuste será aplicado de forma automática e proporcional, conforme a periodicidade contratualmente prevista, mediante utilização do índice oficial de custos da construção civil adotado na formação do orçamento estimado, preferencialmente o SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.
- 17.3** Na hipótese de o índice originalmente previsto ser extinto, substituído ou tornar-se tecnicamente inadequado para refletir a realidade de mercado, a Administração poderá adotar outro índice setorial equivalente, mediante justificativa técnica formal emitida pela área requisitante e aprovação da autoridade competente.
- 17.4** O reajuste contratual não afasta a possibilidade de revisão contratual, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses legalmente previstas, em especial:
- 17.4.1** Ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
 - 17.4.2** Caso fortuito ou força maior;
 - 17.4.3** Álea econômica extraordinária e extracontratual;
 - 17.4.4** Modificações unilaterais do contrato pela Administração que impactem seu



NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES
Edital
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

equilíbrio inicial.

17.5 A revisão deverá observar os critérios estabelecidos nos arts. 124 e 134 da Lei nº 14.133/2021, e dependerá de instrução técnica adequada, instruída com os elementos de prova da quebra do equilíbrio contratual, sujeita à análise da área técnica, parecer jurídico e autorização superior.

18 FORO

18.1 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 A ata da sessão pública será divulgada no Sistema Eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão de Contratação.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

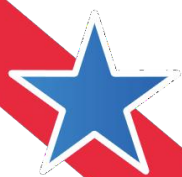
19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência procedimentais entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.10 Em caso de divergência exclusivamente técnicas entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Projeto Básico.



NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES
Edital
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026/SEDUC
PAE nº E-2026/2138248

- 19.11** A assinatura digital por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados.
- 19.12** As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico inclusive pelo assinador Serpro, disponível gratuitamente no sítio eletrônico <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>.
- 19.13** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sítio da Secretaria de Estado de Educação, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.
- 19.14** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.14.1 ANEXO A – Projeto Básico

- **ANEXO I** – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA E RESUMIDA;
- **ANEXO II** - COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS;
- **ANEXO III** – COMPOSIÇÃO DE BDI;
- **ANEXO IV** – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;
- **ANEXO V** - CURVA ABC DE INSUMOS;
- **ANEXO VI** – CURVA ABC DE SERVIÇOS;
- **ANEXO VII** – PROJETO BÁSICO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES;
Acesso através do link:([ANEXO VII-Tucuruí.zip](#))
- **ANEXO VIII** - MEMORIAL DESCRITIVO;
- **ANEXO IX** – DIRETRIZES GERAIS DE PROJETOS E ESCOPO DE SERVIÇOS;
- **ANEXO X** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA;
- **ANEXO XI** - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DO LICITANTE DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO;
- **ANEXO XII** – MODELO DE PLANILHA DE NOTA TÉCNICA;

19.14.2 ANEXO 2 – Minuta de Termo de Contrato

Belém(PA), 02 de fevereiro de 2026

RICARDO NASSER SEFER
Secretário de Estado de Educação

